

Governo estuda a securitização da dívida ativa

O mecanismo permitiria a diminuição do déficit e ajudaria a romper o círculo vicioso da renegociação dos débitos estaduais

Rodrigo Mesquita
e Vera Saavedra Durão
do Rio

Se o governo conseguisse cobrar a dívida ativa da União e usasse o dinheiro para abater a dívida pública, faria uma economia anual, com juros, correspondente ao recolhimento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), ou seja, R\$ 6 bilhões.

Foi o que explicou, a este jornal, o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, que está em busca de soluções "criativas" para o problema. O ministro está especialmente interessado na idéia de construir mecanismos para a securitização do que o governo tem a receber. "Idéias desse tipo são muito positivas e é muito dinheiro envolvido", disse ele.

A securitização desses ativos não é uma idéia nova. Surgiu, pela primeira vez, no governo Collor, apresentada por Luis Antônio Gonçalves, na época secretário-executivo do Ministério da Economia. Recen-

temente, o economista Raul Velloso incorporou-a num projeto mais amplo, propondo a criação de um fundo de ativos não-incluídos no programa de privatização, para o abatimento de dívida pública.

O senador Beni Veras (PSDB-CE), por sua vez, incluiu o conceito de securitização em relatório do projeto de lei de reforma da Previdência, no qual prevê a vinculação do fundo ao pagamento de benefícios previdenciários. "Vai ser uma medida que autoriza" afirmou Kandir.

Esse mecanismo permitiria ao governo, por exemplo, além de diminuir o déficit público, esca-

par do círculo vicioso da renegociação das dívidas estaduais. Ao setor privado, securitizada a dívida, caberia a cobrança.

O déficit operacional do setor público, este ano, deverá, segundo o ministro, ficar abaixo dos 3%. Na taxa anualizada ele ficou em 3,44%, dois pontos percentuais abaixo dos 5,44% verificados no mesmo período de 1996. Mas não

é esse o maior problema. "Do ponto de vista da estabilidade monetária, o desafio maior está nas contas externas", explica ele.

Num cenário de curto e médio prazo a situação, para Kandir, é tranquila. "Com o vigor das privatizações, dos investimentos externos e dos empréstimos, o financiamento do déficit está equacionado", diz ele. Este ano, o ministro

conta com privatizações da ordem de R\$ 10 bilhões a US\$ 14 bilhões em investimentos diretos. Em 1998, o acumulado das privatizações vai alcançar R\$ 25 bilhões. Depois desse horizonte, porém, a situação será diferente.

O financiamento do déficit em conta corrente vai depender, fundamentalmente, do desempenho da balança comercial. "Vai ser preciso

ampliar as exportações para manter o déficit abaixo dos 5% do Produto Interno Bruto (PIB)" que é, segundo Kandir, o número administrável. Esse ano, o buraco na conta comércio deverá ficar entre US\$ 10 bilhões e US\$ 12 bilhões.

Alguma melhora, contudo, já pode ser observada. A partir de abril a média diária das exportações cresceu 10%. Antônio Kandir reconhe-

ce o impacto sazonal das exportações agrícolas, mas afirma que o déficit mensal não voltará mais à casa do US\$ 1 bilhão verificado nos primeiros meses do ano. Passado o impacto positivo das exportações de commodities, o ministro acredita que o déficit comercial mensal se situará entre os US\$ 200 milhões e os US\$ 800 milhões até dezembro.

O governo, disse ele, continuará tomando medidas pontuais nessa área para evitar o estouro da balança comercial num cenário de crescimento da economia entre 4% e 4,5% ao ano no próximo biênio. Um crescimento da economia mais vigoroso dependerá, explica Kandir, de duas coisas: da aprovação das reformas e de um aumento da poupança do setor público.

"É uma ilusão acreditar que o estado não tem um papel importante no crescimento", diz o ministro. É preciso preservar uma capacidade mínima de investimento do estado, além de privatizar. E, para isso, são importantes as reformas. A estabilidade, no entanto, já é uma realidade e não depende delas para sobreviver. "Este ano, vamos ter uma inflação igual ou menor do que 7% e, em 98, ela será igual ou menor do que 5%", com ou sem reformas, avisa Kandir.



Antônio Kandir